



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 8687/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.17.002.000054/2013-25

ORIGEM: PRM – COLATINA/ES

PROCURADOR OFICIANTE: THIAGO HENRIQUE VIEGAS LINAS

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO EMISSÃO DE NOTA FISCAL POR EMPRESA DE COSMÉTICOS. INCIDÊNCIA DE ICMS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO (ENUNCIADO Nº 32 DA 2ª CCR). POSSÍVEL REDUÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS (IRPJ, CSLL, PIS E CONFINS). NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA JUNTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de Peças de Informação instauradas a partir de denúncia anônima feita por telefone, a respeito de suposto crime contra a ordem tributária por parte de empresa de cosméticos estabelecida no município de Colatina/ES, consistente na ausência de emissão de nota fiscal.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuição por não ter vislumbrado nos autos a prática de delito em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, ressaltando que o imposto que incide diretamente na emissão de notas fiscais ao consumidor é o ICMS, que cabe ao Estado arrecadar, na forma do art. 155, inc. II, da Constituição Federal.

3. Não obstante a ausência de emissão de nota fiscal possa indicar a sonegação de ICMS, a conduta investigada aponta também para possível redução do faturamento com possível redução de tributos federais, tais como IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

4. Assim, sem prejuízo do envio de cópias ao Ministério Público Estadual, faz-se necessário o prosseguimento da apuração no âmbito federal para averiguar eventual sonegação dos tributos indicados, mediante diligências junto à Receita Federal do Brasil quanto à existência de lançamentos de débito em desfavor da empresa investigada.

5. Não homologação do declínio de atribuição e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal.

Trata-se de Peças de Informação instauradas a partir de denúncia anônima feita por telefone, a respeito de suposto crime contra a ordem tributária

por parte de empresa de cosméticos estabelecida no município de Colatina/ES, consistente na ausência de emissão de nota fiscal.

O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuição por não ter vislumbrado nos autos a prática de delito em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, ressaltando que o imposto que incide diretamente na emissão de notas fiscais ao consumidor é o ICMS, que cabe ao Estado arrecadar, na forma do art. 155, inc. II, da Constituição Federal (fl. 05).

Os autos foram remetidos a este Colegiado, nos termos do art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Com a devida vênia ao entendimento sustentado pelo Procurador da República oficiante, a competência é da Justiça Federal.

Dispõe o art. 109, inc. IV, da Constituição Federal que compete aos Juízes federais processar e julgar *“os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”*.

Não obstante a ausência de emissão de nota fiscal possa indicar a sonegação de ICMS, a conduta investigada aponta também para possível redução do faturamento com possível redução de tributos federais, tais como IRPJ, CSLL, PIS e CONFINS.

Assim, sem prejuízo do envio de cópias ao Ministério Público Estadual, faz-se necessário o prosseguimento da apuração no âmbito federal para averiguar eventual sonegação dos tributos indicados, mediante diligências junto à Receita Federal do Brasil quanto à existência de lançamentos de débito em desfavor da empresa investigada.

Ante tais considerações, entendendo ser de competência federal o caso dos autos, voto no sentido de não acolher o pedido de declínio de atribuição, designando outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Remetam-se estes autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, para cumprimento, dando-se ciência ao Procurador da República oficiante.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2013.

Carlos Augusto da Silva Cazarre
Procurador Regional da República
Suplente - 2ª CCR

/C.